



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 24 de fevereiro de 2014, faço estes autos conclusos ao
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.
 Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0013732-48.2013.8.26.0566** (nº de ordem 1487/13)
 Classe - Assunto **Monitória - Duplicata**
 Requerente/embargada: **Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda**
 Requerido/embargante: **Datec Pavimentação e Terraplanagem Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo César Scanavez**

Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda move ação em face de **Datec Pavimentação e Terraplanagem Ltda**, alegando que a ré comprou da autora CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente), o que ensejou a emissão das correspondentes notas fiscais, tendo a ré assinado os comprovantes de entrega dos produtos. As duplicatas venceram-se e não foram pagas, acumulando um débito que, acrescido de correção monetária e juros de mora desde os vencimentos das duplicatas, atingiu o valor de R\$ 383.634,32. Através de pedido monitório pretende receber da ré esse valor, com os acréscimos legais, convertendo-se o mandado inicial de pagamento em mandado executivo. Documentos às fls. 10/228.

A ré foi citada (fls. 234) e opôs embargos monitórios (fls.239/247) dizendo que o pagamento dos produtos seria levado a efeito simultaneamente com o pagamento dos serviços prestados pela embargante em razão do contrato de subempreitada celebrado entre as litigantes. A embargada venceu a licitação realizada pelo município de São Carlos, o que deu origem ao contrato nº 7/12, referente ao processo administrativo nº 32.308/11 e edital de concorrência pública nº 16/11. Em 14.02.2012, as litigantes celebraram contrato de subempreitada desses serviços no valor de R\$ 7.666.358,36. Além desse contrato escrito, as partes celebraram contrato verbal através do qual a embargante comprometeu-se a adquirir da embargada todo CBUQ e pedras britas graduadas de que precisasse, cujo pagamento se realizaria,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

simultaneamente, por ocasião do pagamento das medições dos serviços prestados pela embargante. Dos serviços prestados pela embargante até 16.10.2012, no importe de R\$ 4.721.606,19, esta recebeu apenas R\$ 1.012.191,84. O restante foi retido como pagamento dos materiais até então comprados da embargada pela embargante. Nenhuma das partes pode exigir a obrigação cabente à outra, sem que tenha cumprido a sua. Eventual procedência da ação deverá levar em conta que a correção monetária incide apenas a partir do ajuizamento da ação, enquanto os juros moratórios a partir da citação. Pede a procedência destes embargos monitórios para decretar a inexigibilidade da pretensão deduzida na inicial, pois a embargada não poderia exigir esses pagamentos sem que antes tenha cumprido a sua obrigação. Documentos às fls. 248/272.

A embargada impugnou às fls. 274/286 dizendo que não são verdadeiros os fatos articulados nos embargos monitórios. Não se admite para a espécie contrato verbal. Se verdadeira fosse a versão da embargante, o ajuste estaria inserido no contrato de subempreitada. A correção monetária e os juros de mora incidem tal como calculados na inicial. Audiência de tentativa de conciliação à fl. 294

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide pois a prova essencial é a documental e consta dos autos. Desnecessária a produção das provas especificadas no termo de audiência. A dilação probatória apenas protrairia, desnecessariamente, o momento da prestação jurisdicional.

Incontroverso que a embargada forneceu à embargante o CBUQ discriminado nos documentos de fls. 27/228. A embargante não colocou em dúvida o recebimento desses produtos, nem os valores e nem as datas de vencimento de cada obrigação.

As partes celebraram o contrato de subempreitada de fls. 249/254 no valor de R\$ 7.666.358,36, o qual pormenoriza as obrigações de cada contratante. Não é verdade que as partes tenham ajustado que o pagamento do CBUQ indicado na inicial aconteceria simultaneamente com o pagamento dos serviços prestados pela embargante e derivados do contrato de subempreitada. Para se atribuir foros de veracidade à versão da embargante, indispensável seria que o ajuste constasse do próprio contrato de subempreitada ou através de instrumento de aditamento àquele contrato.

A tese da embargante encontra obstáculo também no quanto disposto no art. 227, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

Código Civil: “Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no país ao tempo em que foram celebrados”.

As medições indicadas nos documentos de fls. 255/256 dizem respeito ao contrato de subempregada de fls. 249/254 e não à compra e venda de CBUQ objeto desta demanda. Visível a intenção da embargante em entrelaçar os negócios referidos na inicial da monitória com o contrato da subempregada.

Tivesse a embargante providenciado prova escrita da interação das obrigações versadas no contrato de subempregada e das compras e vendas de CBUQ, objeto deste pleito, seria possível a dilação probatória nos limites fixados pelo § único, do art. 227, do estatuto pátrio civil.

Assiste razão à embargante quanto ao termo inicial da incidência dos juros de mora, qual seja, o da citação inicial, por expressa previsão do art. 405, do Código Civil.

Quanto à correção monetária são necessárias as seguintes observações: a) através da ferramenta da correção monetária é possível manter atualizado o poder aquisitivo da moeda no curso do tempo; b) trata-se de dívida de valor. A embargada transferiu para o domínio da embargante produto utilizado na construção civil, o QUAL tem o preço regulado pelas leis de mercado que se orientam, dentre outras variações, pelos índices inflacionários. Em se tratando de dívida de valor, razoável que o termo inicial da correção monetária coincida com a data de vencimento de cada obrigação. A embargante inadimpliu as obrigações referidas na inicial, aplicando-se a atualização monetária nos moldes do art. 389, do Código Civil, ou seja, a partir da data do vencimento de cada obrigação.

JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS EMBARGOS

MONITÓRIOS para: a) reconhecer que os juros de mora de 1% ao mês sobre o valor do débito atualizado incidem a partir da citação; b) reconhecer assim que a embargante terá que pagar à embargada, R\$ 359.050,64, compreendendo R\$ 346.374,40 do principal, bem como R\$ 12.676,24 de correção monetária desde o vencimento de cada obrigação tal como especificado no quadro final de fl. 6. A embargante pagará ainda à embargada, 10% de honorários advocatícios sobre o valor atualizado do débito, arbitramento este que obedeceu ao disposto no § 4º, do art. 20, do CPC, além das custas do processo e as de reembolso. A embargada experimentou mínimo decaimento. Com o trânsito em julgado, converter-se-á, automaticamente, o mandado de pagamento em título



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
Rua Sorbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

executivo judicial.

Depois do trânsito em julgado, intime-se a autora para, em 10 dias, apresentar o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada material. Assim que apresentado esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, intime-se a autora para, em 10 dias, indicar bens à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**